

**Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)**

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano 2



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e
a Competência no Desenvolvimento Humano
2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	<p>As ciências humanas e sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (As ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-515-0 DOI 10.22533/at.ed.150190607</p> <p>1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.</p> <p style="text-align: right;">CDD 301</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena editora apresenta o e-book “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Competências no Desenvolvimento Humano”.

São ao todo noventa e três artigos dispostos em quatro volumes e dez seções.

No volume 1 apresentam-se artigos relacionados as temáticas *Estado e Democracia; Gênero: desigualdade e violência; Identidade e Cultura e Perspectivas teóricas e produção de conhecimento*. As seções descritas possibilitam o acesso a artigos que introduzem o tema central do e-book, através de pesquisas que abordam a formação social brasileira e como é possível identificar os reflexos desta na constituição do Estado, nos espaços de participação social, nas relações de gênero e constituição da identidade e cultura da população.

O volume 2 está organizado em três seções que apresentam relação e continuidade com o primeiro volume, em que são apresentadas pesquisas que trazem como objeto de estudo as políticas de saúde, de educação e de justiça e a relação destas com a perspectiva de cidadania.

Território e desenvolvimento regional: relações com as questões ambientais e culturais, é a seção que apresenta os artigos do volume 3 do e-book. São ao todo 18 artigos que possibilitam ao leitor o acesso a pesquisas realizadas em diferentes regiões do país e que apontam para a relação e especificidades existentes entre território, questões econômicas, estratégias de organização e meio ambiente e como estas acabam por interferir e definir nas questões culturais e desenvolvimento regional. São pesquisas que contribuem para o reconhecimento e democratização do acesso à riqueza da diversidade existente nas diversas regiões do Brasil.

Para finalizar, o volume 4 apresenta 23 artigos. Nestes, os autores elaboram pesquisas relacionadas a questão econômica, e como, as decisões tomadas neste campo refletem na produção de riqueza e nas possibilidades de acesso ao trabalho e renda. As pesquisas apontam também para estratégias identificadas a exemplo da organização de cooperativas, empreendedorismo, uso da tecnologia e a importância das políticas públicas.

As pesquisas apresentadas através dos artigos são de extrema relevância para as Ciências Humanas e para as Ciências Sociais Aplicadas, e contribuem para uma análise mais crítica e fundamentada dos processos formativos e das relações estabelecidas na atual forma de organização social, econômica e política.

Desejamos boa leitura e todos e a todas!!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

SAÚDE E CIDADANIA

CAPÍTULO 1	1
(RE)ENCONTRANDO SENTIDO NOS (DES)ENCONTROS DA INTERNAÇÃO HOSPITALAR	
Henrique Carlos Santana Redman	
DOI 10.22533/at.ed.1501906071	
CAPÍTULO 2	9
A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA POLÍTICA DE REDUÇÃO DE DANOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CAPS AD	
Beatriz Holanda Macena	
Esequiel Pagnussat	
Herbênia Carmen de Lima Oliveira	
Isadora da Silva Rezende	
DOI 10.22533/at.ed.1501906072	
CAPÍTULO 3	20
A TRANSFORMAÇÃO DAS TECNOLOGIAS MÉDICAS E A ORGANIZAÇÃO DA MEDICINA COMO CIÊNCIA	
José Nilton Conserva de Arruda	
Marianne Sousa Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.1501906073	
CAPÍTULO 4	31
ANOMIA JURÍDICA ENQUANTO OBSTÁCULO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS SOCIAIS EM SAÚDE NO BRASIL	
Francisco Edmilson Dias Araújo	
Antonia Lourenny Epifanio Souza	
Francisco Fernando Dias da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1501906074	
CAPÍTULO 5	36
TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL NO TRATAMENTO DOS TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM	
João Marcos Ferreira Gonçalves	
Eduardo Luiz Muniz Medeiros	
Ítalo Moreira Leite	
João Paulo de Paiva Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.1501906075	
CAPÍTULO 6	52
PROJETO DE INTERVENÇÃO COLETIVA: PROPOSTA PARA FORMAÇÃO MÉDICA ATUAL	
Lucas Nunes Meireles	
Gabriela de Oliveira Carvalho	
Rafaela Lima Camargo	
Yolanda Schiavo Schettino de Oliveira Borges	
Roberta Mendes Von Randow	
Tatiana Vasques Camelo dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1501906076	

CAPÍTULO 7	63
POLIOMIELITE: O FIO DA NAVALHA	
Maria Cristina Baluta	
Dircéia Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.1501906077	
EDUCAÇÃO E CIDADANIA	
CAPÍTULO 8	70
ESTUDAR E VIVER NO BRASIL: EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES ESTRANGEIROS	
Rubens da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1501906078	
CAPÍTULO 9	84
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AS CONTRIBUIÇÕES DO CURSO PROESDE NA UNISUL	
Milene Pacheco Kindermann	
Rosiléia Rosa	
Ivana Marcomin	
Fátima Kamel Abed Deif Allah Mustafa	
Flávia Wagner	
DOI 10.22533/at.ed.1501906079	
CAPÍTULO 10	95
HABILIDADES SOCIAIS E SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS DA FACIG, NOS CURSOS DA ÁREA DE EXATAS	
Iara Duarte Moreira	
Laís da Silva Huebra	
Juliana Santiago da Silva	
Márcio Rocha Damasceno	
DOI 10.22533/at.ed.15019060710	
CAPÍTULO 11	106
IMPORTÂNCIA DO PERFIL EMPREENDEDOR PARA OS GESTORES/COORDENADORES EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	
Cristina Nunes Rocha	
Andréia Almeida Mendes	
Daniel José Rodrigues da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.15019060711	
CAPÍTULO 12	122
METODOLOGIA IRDI NAS CRECHES: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA NA REDE PÚBLICA E PRIVADA	
Ana Paula Magosso Cavaggioni	
Michelle Cristine Tomaz de Oliveira	
Miria Benincasa	
DOI 10.22533/at.ed.15019060712	

CAPÍTULO 13	134
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EQUIDADE DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	
Cláudio Eduardo Resende Alves Magner Miranda de Souza Nilma Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.15019060713	
CAPÍTULO 14	148
O PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Ivana Alves Monnerat de Azevedo Mauriane Almeida Machado	
DOI 10.22533/at.ed.15019060714	
CAPÍTULO 15	162
GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PROCESSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?	
Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra Anna Jéssica do Vale Bonamigo	
DOI 10.22533/at.ed.15019060715	
CAPÍTULO 16	171
PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA COMO INSTRUMENTO INDISPENSÁVEL À DIGNIDADE HUMANA DE INDÍGENAS E QUILOMBOLAS	
Maíra Bogo Bruno Jaqueline de Paula e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.15019060716	
CAPÍTULO 17	182
PERCEPÇÕES DE SUSTENTABILIDADE DOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL EM ATIVIDADES DE ROBÓTICA EDUCACIONAL	
Angel Pena Galvão Paulo Marcelo Pedroso Pereira Andrik Guimarães Ferreira Clayton André Santos Maia Aloisio Costa Barros Irley Monteiro Araújo Juarez Benedito da Silva Alan Christian da Silva Pinheiro Alan Cristian Martins Ribeiro Marcio Juvenal Cardoso Tapajós Eunice Raimunda Vinhote de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.15019060717	

JUSTIÇA E CIDADANIA

CAPÍTULO 18	190
A TECNOLOGIA DA LINGUAGEM JURÍDICA E A PARIDADE NO ACESSO À JUSTIÇA	
Diego Henrique Damasceno Coêlho Camila Braga Corrêa João Pedro Schuab Stangari Silva Luíza Carla Martins da Rocha Tuler Natália da Luz Mendes Rinara Coimbra de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.15019060718	
CAPÍTULO 19	202
ANTROPOLOGIA E DIREITOS HUMANOS: ALTERIDADE NO RECONHECIMENTO DE DIREITOS PARA POVOS INDÍGENAS	
Gabriel Moraes de Outeiro Durbens Martins Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.15019060719	
CAPÍTULO 20	213
CRIME DE VILIPÊNDIO: O DIREITO À MEMÓRIA DE PESSOAS FALECIDAS E SUA VIOLAÇÃO PELAS REDES SOCIAIS	
Lorena Almeida Vieira Rodrigo Oliveira Santana	
DOI 10.22533/at.ed.15019060720	
CAPÍTULO 21	225
O PSICODIAGNÓSTICO RORSCHACH COMO MÉTODO INVESTIGATIVO NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DE JOVENS QUE COMETERAM HOMICÍDIOS	
Ana Beatrice Colares Rocha Maria das Dores Carneiro Pinheiro Patrik Hilliard Silva dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.15019060721	
CAPÍTULO 22	231
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): PERSPECTIVAS JURÍDICAS E SOCIAIS	
Camila Braga Corrêa Diego Henrique Damasceno Coêlho Bernardo Henrique Pereira Marcial Emmanuelle da Silva Viana Fábio da Costa Batista Gomes Julliana Victória Almeida Roberto João Pedro Schuab Stangari Silva Rinara Coimbra de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.15019060722	
CAPÍTULO 23	243
A DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE LIMITADA E AS QUOTAS GRAVADAS POR PENHOR: A BOA-FÉ COMO LIMITE DA REALIZAÇÃO DOS HAVERES NO EXERCÍCIO DO DIREITO DE RETIRADA	
Alicya Cordeiro Evangelista Pontes João Matias Costa Sobrinho Alessandro Barbosa de Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.15019060723	

CAPÍTULO 24	248
A TECNOLOGIA DA LINGUAGEM JURÍDICA E A PARIDADE NO ACESSO À JUSTIÇA	
Diego Henrique Damasceno Coêlho	
Camila Braga Corrêa	
João Pedro Schuab Stangari Silva	
Luíza Carla Martins da Rocha Tuler	
Natália da Luz Mendes	
Rinara Coimbra de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.15019060724	
CAPÍTULO 25	260
JUSTIÇA RESTAURATIVA, PRÁTICAS RESTAURATIVAS E CULTURA DA PAZ: PERSPECTIVAS PARA O PROCESSO REFLEXIVO SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS HUMANOS	
Nei Alberto Salles Filho	
Daniele Cristina Bahniuk Mendes	
Thais Cristina dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.15019060725	
SOBRE A ORGANIZADORA	268
ÍNDICE REMISSIVO	269

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EQUIDADE DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Cláudio Eduardo Resende Alves

Doutor em Psicologia pela PUC Minas. Gestor de Políticas Públicas da SMED Belo Horizonte.

Magner Miranda de Souza

Mestre em Psicologia pela PUC Minas. Gestor de Políticas Públicas da SMED Belo Horizonte.

Nilma Coelho

Mestranda em Educação pela Fae/UFMG. Gestora de Políticas Públicas da SMED Belo Horizonte.

RESUMO: Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre as assimetrias de gênero no universo da Educação Infantil na Rede de Educação de Belo Horizonte. Metodologicamente, foi realizada uma revisão da literatura numa perspectiva multidisciplinar para analisar políticas públicas educacionais para crianças. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) afirma a importância do estudo da sexualidade na educação infantil, uma vez que a criança atravessa fases de maturação corporal que se relacionam claramente ao prazer das descobertas físicas e do estar no mundo através de seu corpo. Nesse escopo, as questões de gênero se interconectam através das aprendizagens e multiletramentos que se fazem presentes desde o desenvolvimento de atos até o aprendizado das relações sociais e lugares hierárquicos de meninos e meninas.

Assim, a aprendizagem ocorre em função da atividade, contexto e cultura nos quais os sujeitos estão inseridos. Essa articulação revela fragilidades nas abordagens metodológicas nos espaços educativos, revelando a necessidade de se apurar o olhar sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: educação; gênero; Infância; política pública

PUBLIC POLICY IN GENDER EQUALITY IN CHILD EDUCATION IN BELO HORIZONTE PUBLIC EDUCATION SYSTEM

ABSTRACT: This article proposes a critical reflection on gender asymmetries in the universe of Early Childhood Education in the Education Network of Belo Horizonte. Methodologically, a literature review was conducted in a multidisciplinary perspective to analyze public educational policies for children. The National Curriculum Reference for Early Childhood Education (1998) affirms the importance of the study of sexuality in early childhood education, since the child goes through stages of body maturation that clearly relate to the pleasure of physical discoveries and being in the world through his body. In this scope, gender issues are interconnected through learning and multiletramentos that are present from the development of acts to the learning of social

relations and hierarchical places of boys and girls. Thus, learning occurs according to the activity, context and culture in which the subjects are inserted. This articulation reveals weaknesses in the methodological approaches in educational spaces, revealing the need to refine the look on the theme.

KEYWORDS: Childhood; education; gender; public policy

INTRODUÇÃO

Como gestores de políticas públicas de gênero e diversidade sexual na Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte propomos uma reflexão crítica sobre as assimetrias de gênero na Educação Infantil, a partir de nossa prática com formação docente e assessoramento às escolas municipais.

Existe brincadeira exclusiva de meninas e de meninos? Quais são as intencionalidades pedagógicas no ato de brincar com uma boneca ou com um carrinho? Como a mídia e a tecnologia demarcam as fronteiras limítrofes entre os universos do homem e da mulher na sociedade? Meninas e Meninos aprendem a mesma coisa, da mesma forma? A linguagem, como um instrumento de aprendizagem, pode ser utilizada um marcador de gênero? Tais questões representam incômodos iniciais que se tornaram pontos norteadores para investigação e, posteriormente, escrita deste artigo.

Do ponto de vista metodológico, realizamos uma revisão da literatura no campo de estudos de gênero numa perspectiva multidisciplinar com as áreas de educação, neurociências, psicologia e linguística para analisar políticas públicas educacionais para crianças.

GÊNERO, EDUCAÇÃO E SUBJETIVIDADES

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil do Ministério da Educação e do Desporto (BRASIL, 1998) afirma a importância do estudo da sexualidade na educação infantil, uma vez que a criança atravessa fases de maturação corporal que se relacionam claramente ao prazer das descobertas físicas e do estar no mundo através de seu corpo. Nesse escopo, as questões de gênero se interconectam através das aprendizagens e multiletramentos que se fazem presentes desde o desenvolvimento de atos motores como aprender a correr e a andar até o aprendizado das relações sociais e lugares hierárquicos de meninos e meninas.

As construções das subjetividades evidenciam-se nessa fase e estabelecem cruzamentos com a sexualidade, com o corpo, seus modos de aprendizagem e expressão, assim como inserem-se nas assimetrias de poder que envolvem as relações de gênero das famílias dos educadores e das crianças, suas crenças mais gerais, até os multiletramentos do brincar cotidiano escolar que concretizam um fazer social pré-determinado. Os abusos e violências sofridos pela criança, ao longo

de sua infância, interseccionados por vários fatores, aí se inserem também como destituidores da autonomia do indivíduo como sujeito de direitos, muitas vezes, outorgando-lhe lugares de desprestígio, culpa e submissão que desembocam no cotidiano escolar, exigindo das escolas ações de proteção e garantia de direitos.

Incorporando os direitos educacionais aos direitos humanos, a Organização das Nações Unidas estabelece o *status* regulador, organizador e estruturador da educação em relação à vida humana, à conquista da cidadania e aos índices de desenvolvimento de uma nação. A Declaração dos Direitos Humanos (1948), a Convenção Contra a Discriminação em Educação (1960), A Convenção dos Direitos da Criança (1989) e a Conferência Mundial (1990) são marcos históricos dessa luta política. Esses documentos enfatizam a responsabilidade de todos os países de implantar políticas públicas equalizadoras ou compensatórias que garantam o acesso e a permanência escolar de qualidade para todas as crianças, independentemente de suas condições socioeconômicas, sexo, origem, etnia, religião, deficiência. Como políticas públicas educacionais compreendemos com Oliveira (2010) aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar.

Foucault (1979) descreve a escola como o local privilegiado pela sociedade ocidental para disciplinarização e higienização dos corpos por meio das relações de poder que ali se estabelecem. Nota-se que a escola e a educação no Brasil, e na maior parte do chamado terceiro mundo, cumpram um papel de reforço de uma pedagogia e um currículo que preparam determinados sujeitos para o agenciamento de sua cidadania e outros para uma vida de precarização crônica.

Deleuze (2008) introduz os agenciamentos éticos dos indivíduos como a ferramenta que não implicará em análises superficiais, mas, sobretudo na problematização de conceitos. Neste sentido, esta problematização equivale à construção de uma argumentação que permita, posteriormente, a apropriação e a transposição, sem necessariamente ser assujeitada pelos dispositivos presentes nas instituições. O pensamento deve ser visto como um dispositivo que percorre todos os campos do saber, inferindo os agenciamentos e decompondo suas articulações individuais ou institucionais, desvelando possibilidades e linhas de fuga com menos assimetrias. Dessa maneira, o que interessa para Deleuze (2008) é potencializar nessa decomposição, a emergência de novos conceitos e apropriações, colocando sempre em xeque o *status* pedagógico escolar da “criação” de uma subjetividade cidadã normatizada.

Michel Foucault (1984), refere-se à ontologia histórica de nós mesmos como os próprios eixos do conhecimento, do poder e da ética.

(...) a verdade através da qual nós nos constituímos como aquele objeto do conhecimento com poder intrínseco para nos tornarmos sujeitos agindo sobre outros em uma ética que nos constitui como agentes morais (FOUCAULT, 1984, p.27)

A subjetividade é ao mesmo tempo fruto das condições concretas que

enfrentamos, assim como sua superação. Como concreto, compreendemos aqui, todas as relações simbólicas e imaginárias que envolvem as práticas discursivas e inserem o sujeito em uma cultura previamente dada a seu nascimento em relações dialógicas com seu entorno histórico e social. De qualquer forma, e, por mais controverso que seja este conceito, o sujeito autônomo, auto reflexivo e autorregulado é um projeto cultural da era moderna. Assim a subjetividade, no senso comum, pertence a um mundo interno, a uma ilusão estável de um “eu” autodeterminado, mas, o que podemos dizer é que se calca no mundo externo e surge deste. A subjetividade implica a adaptação, mas ao mesmo tempo a possibilidade de se ir além dela e poder criticá-la ou modificá-la de alguma forma, em uma contínua reflexão.

CENÁRIO DE PESQUISAS: APRENDIZAGEM X GÊNERO

Ao abordar temas tão complexos e, às vezes, controversos para o senso comum, a Educação Infantil, olha para seus sujeitos como pessoas plenas de direitos e cidadania e não como homúnculos precursores de homens ou mulheres, cidadãos do futuro, que um dia, se por sorte ou empenho, tornar-se-ão sujeitos de direitos (BRASIL, 1998).

Já está bem estabelecido, por pesquisas oficiais e estatísticas o lugar de assimetria que as relações de gênero irão determinar às pessoas a partir das equações possíveis de seus lugares sociais. Assim, condições e circunstâncias ligadas ao sexo, etnia e raça, religião, *status* social, localização geográfica, letramentos adquiridos, sotaque, orientação sexual e expressão de gênero interseccionar-se-ão de modo a marcar lugares definidos de difícil ultrapassagem e de desníveis de acesso a serviços e direitos essenciais.

Essas assimetrias, que não nos deixam equivocar as pesquisas atuais, por exemplo CARVALHO (2004), CARREIRA (2013), são disseminadas ao longo do tecido escolar brasileiro e vão se consolidando ao longo dos processos de escolarização da infância. Narodowski (1993) estabelece a infância como um processo histórico e de dependência e, por isso mesmo, sujeita às questões que envolvem a subjetividade do mundo adulto. O conceito de criança como sujeito histórico, vem em construção lenta e recente, a partir do século XIX, exigindo da própria dinâmica de construção conceitual, reflexões críticas, não somente de quem o corporifica em termos teóricos, mas de quem trabalha cotidianamente com esses sujeitos e, principalmente, do lugar de voz desse sujeito para que o conceito não se encontre esvaziado de um saber pragmático que o justifique e que dele se possa fazer uso ao verificar um sujeito empírico que não se estabelece a partir de uma tabula rasa.

Dados do Projeto Atenção Brasil, idealizado pelo Instituto Glia, em colaboração com pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (SP), da Universidade La *Sapienza* (Roma) e do *Albert Einstein College of Medicine* (EUA), mostram que meninos têm um risco 70% maior

de ter baixo desempenho escolar do que as meninas. Eles também estão mais sujeitos a desenvolver problemas emocionais e comportamentais, nesse caso, o risco cresce 60%. A frequência de déficit de atenção e hiperatividade é pelo menos cinco vezes mais comum no sexo masculino e, por conta disso, há uma chance 15 vezes maior de baixo rendimento na escola.

Ainda segundo a pesquisa, meninos também são os que têm mais problemas de conduta, problemas com colegas e problemas sociais, enquanto as meninas têm mais sintomas de ordem emocional. Dados atuais do PISA 2013 (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) revelam que meninos levam vantagem em testes de raciocínio e meninas levam vantagem em testes de leitura e interpretação. Essas vantagens e desvantagens variam em todos os países onde o teste é aplicado, provando que este não é um dado “natural”. Alguns países como Coreia do Sul e Japão, apesar de reconhecidamente tradicionalistas e machistas, possuem resultados equitativos em termos de aprendizagem. Dados do relatório do PISA brasileiro ainda revelam que em média, meninos repetem o ano escolar em uma taxa de quase 50% em relação às meninas.

Em *Cérebro Azul e Rosa: impactos da diferença de gênero na educação*, Eliot (2013) analisa experimentos sobre as expectativas que adultos desenvolvem em relação às crianças de um ou outro sexo e como essas expectativas impactam o desenvolvimento de habilidades futuras, demarcando através de atos ou da linguagem, posições sociais de gênero, em geral realizado como atos performativos e portanto, sem uma reflexão apropriada sobre o valor dessas demarcações para a criança.

Em um estudo de gênero e performance escolar realizado pelos holandeses Severiens e Dam (1994) com alunos egressos do ensino médio europeu e com diferentes histórias de fracassos escolares, constata, por meio de testes de habilidades, que homens e mulheres não apresentavam variação de padrões em relação à aquisição de habilidades de leitura, escrita, raciocínio lógico e resolução de problemas, mas, havia padrões compartilhados por ambos os sexos de modo variado, formando uma espécie de mosaico para além do sexo, apontando a origem dos fracassos ao tratamento dispensado a esses estudantes durante sua trajetória escolar, segundo critérios de gênero e a fatores externos. Os padrões verificados podem ser remetidos à uma insistência das instituições em padrões e discursos fixos e expectativas rígidas em relação às aprendizagens de ambos os sexos de modo generificado.

Percebemos que o discurso, nos meios acadêmicos e nos setores envolvidos com problemas educacionais envolvendo a temática, já se modificou ou vem se modificando, talvez ainda de maneira difusa e não hegemônica, mas fugindo do senso comum de naturalização das justificativas pelas desigualdades. Há também uma tentativa de refinamento cada vez mais profundo dessa naturalização por meio de disciplinas herméticas para o público comum como a neurociência, a biogenética

e os estudos antropológicos multiculturalistas que impõem muitas vezes visões de assujeitamento ao que não pode ou não deve eticamente ser modificado. Entretanto, isso também revela uma virada nas redes de representação simbólica.

MÍDIA, GÊNERO E INFÂNCIA

Mais preocupante poderia se tornar no momento atual, a tentativa das mídias e de certos centros hegemônicos de poder de se apropriarem desse discurso esvaziando-o ou distorcendo-o em uma ordem simbólica com ares de retomada da verdade, como o caso do *Slogan Ideologia de Gênero* (PARÁISO, 2016), mantendo os sujeitos presos em explicações tautológicas e infrutíferas. Recorre-se a falácia do “*straw man*”, argumento em que a pessoa ignora a posição do adversário no debate e a substitui por uma versão distorcida, que representa de forma errada esta posição, tornando o argumento mais facilmente refutável, para responder a questões éticas sem que se comprometam posições importantes e hegemônicas e sem que haja revisão das éticas estabelecidas.

No entanto, a verdadeira reflexão crítica acontece na infância, apesar de esforços contrários, pelos meios disponíveis à idade e ao nível de letramento, ou seja, através das vivências culturais e das expressões artísticas livres da crítica estética, retomando o caráter mimético da linguagem que sempre remete ao corpo. Como observa Benjamim (1987), a linguagem mimética é observada ontogeneticamente no jogo infantil, prerrogativa máxima do sujeito não alfabetizado, mas não exclusivo deste, para reflexão apropriada das interações sociais a que está, na maioria das vezes, submetido em um mundo verbo-centrado.

A criança busca ativamente maneiras de se relacionar e se comunicar com o mundo a que está plenamente exposta, teorizando, na maioria das vezes, sem mediação, na tentativa de compreensão desse mundo, como nos demonstra Vygotsky (1984). Falamos de signos em fluxo onde o corpo também se insere como tal. A partir de níveis cada vez mais complexos de compreensão dos arranjos, rearranjos e modos de interpretação desses processos significantes, a que chamamos hoje na educação de multiletramento, dá-se o acesso à compreensões cada vez mais profundas dos aspectos simbólicos do ser e estar no mundo (CAZDEN *et al.*, 1996).

As consequências da cisão língua/fala são nefastas para a compreensão e elaboração de um desenvolvimento mais adequado da função simbólica através dos processos de escolarização, sabendo-se, a partir dos estudos da psicologia sócio interacionista, que a capacidade mimética não desaparece no sujeito adulto e que pode se transformar em competências de interpretação semiótica mais plenamente configuradas quando esse trabalho é efetivamente implementado. Da mesma forma, não abrimos mão do corpo nem de nossa sexualidade e que, em sua ampliação simbólica nos processos interpretativos, contribuem infinitamente para a busca da aprendizagem: conhecimento por meio da experiência discursiva.

A função mimética do ser humano não precede a linguagem escrita ou comunicação oral plena, mas está presente a cada fase individual e singular de desenvolvimento. A criança vai, com maior ou menor intensidade, tendo seu acesso facilitado e mediado às diversas linguagens que produzirão sentidos simbólicos, facilitarão sua compreensão da realidade, inserção nas interações sociais e poderão contribuir para a construção de uma sociedade com participação realmente coletiva e dialógica. Uma inserção crítica no universo discursivo em que a criança está inserida é essencial para uma proposta de relações simétricas, tanto nas questões de gênero, como em outros aspectos das interações sociais.

Para a criança, o brinquedo vem ao encontro de uma necessidade, sendo a imaginação e a atividade criadora constituidoras de dispositivos mediáticos de convívio com a realidade. Mesmo se em seus jogos as crianças reproduzem muito daquilo que experimentam na vida diária, as atividades infantis não se esgotam na mera reprodução. As crianças não se limitam apenas a recordar e reviver experiências quando brincam, mas as reelaboram criativamente, recombina-as e testando novas possibilidades de interpretação e representação, base da atividade e função criativa do humano na ação do diálogo. O tempo da criança configura-se em tempos mistos, convergentes ou divergentes, que não coincidem nem com o tempo do educador nem com o tempo da escola necessariamente, mas transcendem os limites imediatistas das propostas curriculares. Muitas vezes a repetição e uma elaboração mais densa e mais demorada são necessárias para a compreensão de certas posições simbólicas e sua interpretação adequada.

A submissão a demandas midiáticas e de mercado ameaçam, nesse sentido, corromper a construção de verdadeiras competências e habilidades múltiplas, por necessidades artificiais fabricadas e, muitas vezes, ratificadas pelos educadores e famílias. O embrutecimento das relações e esvaziamento de sentido das interações sociais autênticas oferecem ilusões de certezas através de comportamentos estereotipados que fornecem lugares demarcados e o “conforto” do encontro com o *status quo* que nos é oferecido com a experiência de uma vida uniforme e inequívoca por meio de identificações e referenciais estáveis. Assim, a insistência de certos sistemas educativos infantis em reproduzir na escola a proposta comercial de brinquedos generificados, agem como um desfavor à criança, relativizando e restringindo o acesso a novas experiências e demarcando ou ratificando assimetrias de gênero extremamente graves em nossa sociedade. Não há, do ponto de vista pedagógico e interacionista, validade ou justificativa significativa para o uso de bonecas, casinhas, panelinhas, vassourinhas para meninas e carrinhos e bolas para meninos em ambiente escolar, ou seja, do uso generificado de aparelhos pedagógicos como dispositivos identitários fundamentais.

Para Piaget (2001) a inteligência não é cópia da realidade e não está representada nos objetos. É o sujeito que aos objetos acrescenta algo e neles interfere para compreender a realidade a partir de atos criativos a que se seguem

abstrações reflexivas a partir dessas próprias ações. Apenas no momento em que ele se torna consciente de suas ações, ele passa para o plano da representação. É mesmo problemático que se discuta o uso generificado de objetos no ambiente escolar baseado em justificativas de representação de um mundo em que a criança estaria em estado de contínua apropriação.

É preciso ações ordenadas e um olhar sistemático para que o sentido e a intencionalidade não passem despercebidos e para que a totalidade das ações seja assimilada pelo aprendiz, não havendo sentido em levar a sério a proposta de que se ofereça simples atividades lúdicas desordenadas ou espontâneas sem um trabalho reflexivo envolvendo o corpo e suas ações em interação social, acedendo sempre a novos níveis de representação que, elaborados pela memória, poderão ser mais tarde reutilizados pelo indivíduo que os vai ressignificando nas novas experiências autonomamente. Essas ações ordenadas ou pedagógicas significam muito para um olhar crítico do educador e não necessariamente para a criança, que vai assimilando habilidades e competências críticas de forma irregular e de acordo com seu próprio tempo.

PROJETO PILOTO EDUCAÇÃO INFANTIL: SEXUALIDADE E GÊNERO

Realizado entre os anos de 2014 e 2015, o projeto piloto “Educação Infantil: sexualidade e gênero” da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte promoveu um curso de formação para professoras e coordenadoras das Unidades Municipais de Educação Infantil do município. Durante 8 encontros, 28 professoras no turno da manhã e 21 no turno da tarde, debateram e refletiram sobre os impactos das relações de gênero na infância e no processo de ensino e aprendizagem. O escopo metodológico do curso foi múltiplo: dinâmicas, leituras de textos, rodas de conversa, filmes comentados e atividades práticas.

Como estratégia pedagógica do curso, havia sempre uma atividade “para casa”, para ser realizada com as turmas de crianças e posterior reflexão em sala de aula. Uma dessas atividades foi a confecção de um desenho pelas crianças, entre 1 e 5 anos, intitulado “Coisas de meninos” e Coisas de meninas”. A medida que os desenhos fossem sendo realizados, as professoras foram orientadas a registrar as falas e expressões das crianças, pois já demonstravam a demarcação das posições de gênero de forma estereotipada e preocupante.

Dos cerca de 150 desenhos recolhidos, 100% apresentava como os meninos: bola, carrinho e super-heróis, com cores e tons os mais variados, com exceção da rosa (FIGURA 1). E coisas de meninas: boneca, casinha, panelinha, colherzinha, brincar de mamãe e filhinha (FIGURA 2). Sempre no diminutivo e com predominância de tons das cores rosa, lilás e roxo.

As frases registradas reforçavam essas posições de gênero. Essas imagens,

assim como outras de nosso cotidiano, veiculadas em mídias diversas e em espaços como lojas e *shopping centers*, sugerem um padrão ligado à um imaginário fixo e recorrente, que responde a questões, como as propostas pelas educadoras de forma simbólica e estrutural, ou seja, sem reflexão de significação ou de referência no real. Isso pode nos levar a pensar que a certas proposições educativas ou pedagógicas, assim como a práticas e procedimentos escolares ou familiares, existem respostas prontas que já estão embutidas de alguma maneira na pergunta proferida: “Desenhe coisas de meninos e meninas”. “Meninos são diferentes de meninas?” “Meninos são mais ou menos inteligentes que meninas?” “Meninas são mais ou menos habilidosas que meninos?” Corre-se o risco de se perpetuar uma falácia de *Petitio Principii* (BARKER, 1989) em que uma tese que se pretende demonstrar verdadeira na conclusão do argumento, na verdade já faz parte do princípio dessa conclusão, apresentada em uma das premissas iniciais. Essa falácia pode perpassar todo o projeto político pedagógico escolar, colocando em risco uma proposta crítica e libertária.

Não cremos que as crianças tenham respondido aquilo que fazem, produzem, brincam ou pensam todo o tempo. Cremos mais que elas atendem a uma expectativa das educadoras na intenção de agradá-las e de se sentirem aceitas (ALVES e SOUZA, 2017). Este seria um dos fatores desde a infância de reiteração desse padrão de maneira tão emocional, pouco refratária e tão pouco reflexiva.

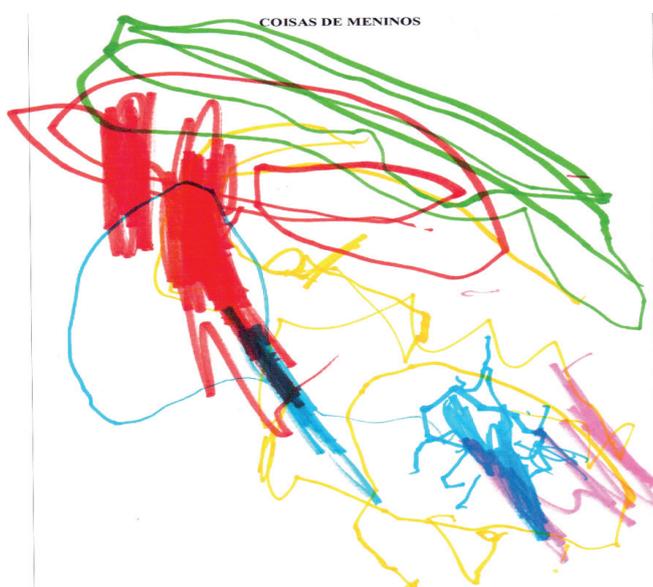


FIGURA 1: Desenho de estudantes – coisas de meninos

“Patati, Incrível Hulk, Homem Aranha, Super Homem. Quem me deu foi minha mãe. Na minha casa tem um tanto. Só homem brinca. Quem me disse foi minha mãe.”

(Menino, 2 anos)

Fonte: Dados da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, 2014



FIGURA 2: Desenho de estudantes – coisas de meninas

“Menina gosta de panelinha e colherzinha.”

(Menina, 5 anos)

Fonte: Dados da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, 2014

Uma das razões que podem ser levantadas para que isso aconteça seria a reprodução e manutenção de um discurso hegemônico, descentrado dos sujeitos, não dialógico e perpetuador de certas posições de poder que reiteram posições de gênero, mesmo na tentativa de contrastá-las com algo novo (ALVES e SOUZA, 2017). Poderíamos dizer de uma recitação, um mantra, no sentido religioso, que nos induz a um tipo de inconsciência e estupor e nos coloca diretamente nas mãos de um Outro superior e autossuficiente. Nesse transe assistimos a uma paralisação da subjetividade e a um “engessamento” identitário com promessas de estabilidade e adequação imaginárias através de um arcabouço teórico desenvolvimentista e personalista, que indica caminhos de inclusão e exclusão, de acordo com o poderio discursivo hegemônico do momento (LOURO, 2004).

Não podemos nos esquecer de que a era tecnológica, principalmente com a revolução das redes sociais, vem cristalizando certas posições pela rapidez e precariedade de dispositivos de reflexão oferecidos por essas mesmas tecnologias. O diálogo preexiste ao aparecimento do ser e continua a existir após sua morte, pois um contínuo atemporal e não-espacial, mais que ubíquo, constituiu-se como estrutura rizomática de avatares cristalizadores de posição. Assim, em lojas virtuais, visitaremos alas cor de rosa para brinquedos de meninas e alas azuis para os de meninos, assim como em lojas físicas, binarismos de masculino e feminino para os apps de conversa, fotos binárias, comerciais que reafirmam posições sociais de homens e mulheres e um silenciamento tácito e contínuo para qualquer diversidade.

Apreocupação de escolas sobre o uso de banheiros que não sejam generificados, escamoteia realidades perversas e violentas de atos que ocorrem cotidianamente nesses banheiros escolares (*bullying*, estupro, violência física, tráfico de drogas,

gravidez não planejada, uso de álcool) deslocando a ansiedade para a manutenção de uma ordem que além de não ser justa também não é funcional. Outros binarismos também tenderão a ser utilizados como amenizadores dessas ansiedades sociais contemporâneas com estados instáveis e de mudança, como natureza X cultura, normal X patológico, psíquico X material, interno X externo, educado X analfabeto (PERRENOUD, 2000).

O simples uso das cores em situações escolares cotidianas como rosa para meninas e azul para meninos reforça binarismos desnecessários (ALVES e SOUZA, 2017). As professoras participantes do Projeto relataram a recusa de meninos em tomar iogurte de morango devido a coloração rosa ou de tomar banho com sabonete desta cor. Também relataram a crítica de meninas a meninos que insistiam em utilizar lápis cor de rosa. A interferência da família também foi um dado surpreendente nos relatos. Pais que retiram o lápis cor de rosa do estojo de lápis de cor distribuído pela prefeitura no *kit* escolar. Pais que demandam das professoras que não convidem seus filhos a fazer “xixi”, mas que utilizem a palavra “mijar”, mais adequada ao sexo masculino, segundo eles.

James Donald (2000) não percebe os conceitos de subjetividade e comunidade como fontes isoladas de resistência ao governo, à práticas hegemônicas ou injustiças sociais, mas como produtos das próprias tecnologias governamentais e políticas públicas para se fazerem crer situadas fora do domínio do poder. Ou seja, as estratégias governamentais pós iluministas agem através da liberdade e das aspirações dos indivíduos, tentando sintonizá-las com seus objetivos políticos. O conceito de sujeito, pode manter, mesmo despido de qualquer metafísica, a proteção teórica contra uma completa determinação do estado. No entanto, o “eu” se torna através de políticas públicas um efeito colateral da programação governamental. Com indivíduos universais e perda dos sujeitos empíricos. O que de certa forma, explicaria por que determinadas políticas e programas estatais não funcionam tão adequadamente quanto gostaríamos na correção das desigualdades.

Se há uma ficção regulatória heteronormativa (MISKOLCI, 2010), o expressivismo se mantém. Assim, as diferenças binárias entre os sexos seriam insuperáveis e restaria uma resistência através de performances subversivas da identificação original. Ao final de *Gender Trouble*, Butler (2003) afirma que configurações culturais de gênero se proliferam e confundem os binarismos de sexo, expondo a sua não naturalidade. Ela afirma que, de modo geral, como o gênero não é um fato dado, ele esconde sua gênese. A concordância coletiva tácita sobre os atos constitutivos de gênero é obscurecida pela produção discriminada e binária de gêneros como construção cultural, mas compelindo os sujeitos, pela mesma concordância, a acreditar em sua necessidade e naturalidade. A questão levantada por Butler (2003) é que o sistema compulsório da heterossexualidade é reproduzido e disfarçado através do cultivo de corpos divididos em sexos com aparência e suporte biológico e com disposição heterossexual naturalizada.

O local privilegiado onde estados trabalharão diretamente o treinamento moral passa a ser, de forma global, a escola e o projeto educacional pelo sistema Saber-Poder (FOUCAULT, 1980) e na disciplina dos corpos (LOURO, 1999). Assim, impreterivelmente, os governos ocidentais modernos lançaram mão ao longo das décadas de instrumentos de disciplinas espirituais e pastorais, não só em ambientes confessionais como também em instituições públicas, transportados para as práticas da reflexão ética e auto formação que buscaram, pretensamente, a criação de uma subjetividade controlada. Esta é a maneira como o estado moderno incorporou em seus dispositivos os antigos modos de disciplinação religiosa, que originariamente diziam respeito a áreas de exercício especificamente espirituais para regularizações morais e higienização dos corpos em um mundo que caminhava para o saneamento básico e infra estrutura de suas cidades.

EFEITO DE FECHO : A DIFERENÇA COMO ESTRATÉGIA DE APRENDIZAGEM

Os binarismos de gênero reduzem as possibilidades de interação social e de escolhas para estudantes e professores. Nossa sociedade tem produzido circunstâncias sociais que expõem nossas crianças e adolescentes a diferentes, mas dramáticas, situações de violências, determinadas por seu gênero, etnia e classe social. É importante discutirmos o quanto antes, as masculinidades e feminilidades que estão inculcadas nas práticas e discursos escolares de forma binária e naturalizada e nos modos de avaliação que podem induzir ao fracasso ou abandono escolar, restringindo possibilidades e direitos individuais e coletivos desde o início do processo de escolarização.

Uma aprendizagem de escuta e análise atenta aos fatores que enrijecessem a hierarquização e às manifestações de subjetividade ali encontradas através dos problemas, falhas e resistências pode aumentar a circulação do poder e descentralizar o acesso ao aprendizado e às tomadas de decisão. Uma fluidez maior nas relações e uma menor rigidez em relação aos papéis, assim como uma abertura maior à crítica pode propiciar uma revelação e aceitação dos indivíduos que compõem a instituição escola, mesmo que essas destoem de uma crença mais geral e do senso comum sobre como devem ser, abrindo-se para uma busca de soluções ou caminhos mais próximos de uma subjetividade social múltipla e cidadã. Uma escuta atenta ao imaginário escolar, colocando-o sempre entre “parênteses” para análise e observação pode conduzir a práticas mais coerentes.

Os dados apresentados neste trabalho, envolvendo o fracasso escolar relacionado a relação de gênero na escola preocupam e revelam fragilidades em nossas perspectivas pedagógicas e demonstram a necessidade de se tratar a temática dos papéis de gênero seriamente nos meios educacionais com urgência e medidas práticas. Essas desigualdades, que se iniciam na educação infantil configuram-se

como um fator de violência social com as mais diversas consequências, como nos comprovam as pesquisas citadas.

As escolas regulam o acesso às relações dos discursos em espaços sociais definidos como o acesso ao capital simbólico que garante empregos, poder político e reconhecimento cultural. A aprendizagem escolarizada não traz reflexão ou discussão suficiente sobre a linguagem e os modelos socialmente determinados providos de prestígios sócio discursivos não transparentes. Estes modelos são de difícil acesso e regulados por quem detém o controle da produção cultural, garantindo visibilidade e nivelamento de uso do poder político pelos interlocutores altamente letrados.

Assim, a proposta das epistemologias de gênero que possam contribuir para a formação de uma nova escola, visam a recrutar diferentes “subjetividades” falantes e garantir sua permanência e autonomia através de um caleidoscópio de objetivos, interesses e possibilidades, questionando propostas oficiais distantes da realidade das comunidades atendidas. O que não significa perceber essas diferenças como permanentes e, nem mesmo, tratá-las a partir do discurso dominante. O que poderia levar ao reforço de que noções como “acessibilidade”, “inclusão” e “mobilidade” indicariam que certos grupos ou pessoas possuam um *deficit* natural. A aprendizagem ocorre em função da atividade, contexto e cultura em que essa ocorre. O propósito não é aprender pela fala como representação do ausente, como substituto da participação, de modo periférico, mas aprender o discurso do “agenciamento” que legitime a participação em uma sociedade mais equitativa e justa a partir da interioridade das demandas locais que produzam políticas públicas possíveis.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cláudio Eduardo Resende e SOUZA, Magner Miranda de. **Educação para as Relações de Gênero**: eventos de letramento na escola. Curitiba: Ed. CRV, 2017.

BARKER, Stephen. **The Elements of Logic**. 5.^a ed. McGraw-Hill, 1989

BENJAMIN, Walter **Sur le langage en general et sur le langage humain**. In: Mythe et violence. Denoël-Gonthier, 1987.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental - Brasília: MEC/SEF, vol. 2, p. 17-19.1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Marília Pinto de. **O fracasso escolar de meninos e meninas**: articulações entre gênero e cor/raça. cadernos pagu: pp.247-290. 2004.

CARREIRA, Denise. **Informe Brasil – Gênero e Educação**. Ação Educativa. Centro de Referência às vítimas da Violência do Instituto Sedes Sapientiae; Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação. São Paulo: Ação Educativa, 2011. Edição revista 2013.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DELEUZE, Gille. **Conversações**. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2008.

DONALD, James. **Sentimental Education** :Schooling, Popular Culture and the Regulation of Liberty. Ed. V E R S O London • New York, 2000.

ELIOT, Lise. **Cérebro Azul ou Rosa**: o Impacto das diferenças de gênero na educação. Ed. Penso: São Paulo, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Power/Knowledge**, ed. C. Gordon (London and New York, 1980).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder** Ed. Graal, 1982.

FOUCAULT, Michel. **What is Enlightenment?** in Rabinow (P.), éd., The Foucault Reader, New York, Pantheon Books, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1991

LOURO, Guacira (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. São Paulo: Vozes, 2004.

MISKOLCI, Richard (org.). **Marcas da Diferença no Ensino Escolar**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

NARODOWSKI, Mariano. **Infância e poder: A confrontação da pedagogia moderna**. Tese de doutorado em educação. Universidade Estadual de Campinas, 1993

PERRENOUD, Philippe. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artmed Editora 2000.

PARAISO, Marlucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. In: **Currículo sem fronteiras**, v. 6, n. 3, p. 388-415, set/dez, 2016.

PIAGET, Jean Criatividade no Mundo Contemporâneo. In: VASCONCELOS, Mário Sérgio *et.al.* (Org.) **Criatividade**. São Paulo: Moderna, 2001.

PROJETO APRENDER CRIANÇA – disponível em: <http://www.aprendercrianca.com.br/index.php/instituto-glia> (acesso em 20/05/2016)

The New London Group: A pedagogy of multiliteracies: Designing social futures/Cazden, Courtney; Cope, Bill; Fairclough, Norman; Gee, Jim; et al/Harvard Educational Review; Spring 1996; Disponível em: <http://newlearningonline.com/multiliteracies/references/> (acesso em 20/05/2016)

SEVERIENS Sabine et al. **Gender differences in learning styles: a narrative review and quantitative meta-analysis**. Kluwer Academic Publishers, Amsterdã, 1994.

SIGNORINI, I. **Esclarecer o ignorante “: A concepção escolarizada do acesso ao mundo da escrita**. In.: the ESPECIACILIST, vol. 15, n.1 e 2, p. 163 a 171. São Paulo, 1994.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo, Martins Fontes, 1987

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Antropologia 18, 202, 203, 207, 208, 211, 212

C

Ciência 17, 72, 81, 97, 156, 247, 260

D

Direitos humanos 91, 180, 212, 262

E

Educação 36, 49, 52, 82, 85, 87, 89, 91, 94, 95, 120, 122, 123, 132, 134, 135, 136, 137, 141, 142, 143, 146, 148, 149, 152, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 176, 177, 180, 181, 183, 184, 185, 189, 201, 236, 241, 242, 259, 260, 261, 263, 266

Empreendedor 106, 107, 114, 117, 120, 121

Estudantes estrangeiros 70, 81

Extensão universitária 84

G

Gestão democrática 170

I

Indígenas 202

J

Justiça 190, 191, 199, 224, 231, 245, 246, 248, 249, 257, 260, 263, 264, 267

M

Medicina 20, 52, 53, 54, 62, 137, 231, 233

P

Poliomielite 63, 65, 66, 67, 69

Programa bolsa permanência 181

R

Redução de danos 18

Robótica 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189

S

Saúde 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 31, 33, 34, 49, 52, 53, 54, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 76, 95, 97, 98, 104, 122, 126, 152, 231, 233, 234, 238, 239

Saúde mental 95, 104

Sustentabilidade 34, 90

T

Terapia cognitivo-comportamental 36

Transtornos específicos de aprendizagem 36

V

Vilipêndio 213, 216, 220

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-515-0



9 788572 475150